

**PROFESSOR,
ASSOCIE-SE À
APROPUC**

PUCViva

Nº 1031 - 12/6/2017

Jornal semanal da APROPUC e da AFAPUC

30/6

APROPUC E AFAPUC PREPARAM A GREVE GERAL

Representantes das centrais sindicais em reunião no dia 5/6 definiram uma nova greve geral nacional para o dia 30/6. Além disso, ficou definido a realização de um Dia Nacional de Mobilização que acontecerá no dia 20/6, com panfletagem a ser realizada no mesmo dia, no período da manhã.

Novamente os trabalhadores de todo o país deverão paralisar suas atividades e se mobilizar contra as reformas em tramitação no Congresso. Nos últimos meses o governo golpista de Michel Temer vem tentando aprovar as reformas trabalhistas e da Previdência, além de uma nova regulamentação para a terceirização danosa aos trabalhadores brasileiros.

A decisão foi tomada pelas principais centrais de trabalhadores do país (CUT, UGT, Força Sindical, CTB, Nova Central, CGTB, CSP-Conlutas, Intersindical, CSB e A Pú-

blica-Central do Servidor), que definiram ainda a publicação de um jornal para a discussão do assunto e uma agenda que publicamos nesta página, a ser cumprida nos próximos dias.

As centrais sindicais irão colocar força total na mobilização da greve em defesa dos direitos sociais e trabalhistas, contra as reformas trabalhista e previdenciária, contra a terceirização indiscriminada e pelo "Fora Temer".

TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO

Mais uma vez os trabalhadores da educação precisam assumir o protagonismo das mobilizações como tem acontecido ao longo deste ano. O Andes-SN já está mobilizando os professores para a paralisação. Ela deve ser construída a partir das bases, dos comitês em defesa da Educação, dos Comitês Contra as Reformas, dos Fóruns

estaduais e municipais, de todos os espaços coletivos que existem nas universidades, nos municípios e nos estados, para que possamos, no dia 30, fazer uma greve ainda maior do que foi no dia 28/4. "Essa é a única saída possível para que a gente possa de fato barrar as contra reformas e derrubar Temer", conclama a presidente da entidade Eblin Farage.

Em todo o país estão ocorrendo atos, shows e protestos contra o governo golpista de Michel Temer. No dia 2/6, uma multidão estimada em 100 mil pessoas participou de um show no bairro de Pinheiros, São Paulo, pela saída do golpista da presidência da República.

A APROPUC e a AFAPUC desde o início dos protestos contra o governo de Michel Temer vem se posicionando contra o golpe perpetrado contra o povo brasileiro. Nas mobilizações de 15/3 e 31/3 APROPUC e AFAPUC organizaram discussões sobre o conteúdo das reformas e os prejuízos que elas acarretariam aos trabalhadores. Na greve geral de 28/4 as associações paralisaram as atividades na universidade e se juntaram aos protestos nas ruas. Agora as entidades estarão novamente propagandeando a greve geral e realizando atividades com os trabalhadores e estudantes da universidade nas semanas que antecedem a paralisação.

Agenda de mobilização da Greve Geral

- ✓ Dias 6 a 23/6: convocação de plenárias, assembleias e reuniões, em todo o Brasil, para a construção da greve geral;
- ✓ Dia 20/6: esquentando para a Greve Geral com atos e panfletagens das centrais sindicais;
- ✓ Dia 30/6: Greve Geral.

**FORA TEMER!
ABAIXO O GOLPE DA DIREITA !
CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA!
CONTRA A REFORMA TRABALHISTA!
PREPARAR A GREVE GERAL!**

**FUNCIONÁRIO
Fortaleça sua entidade!
Associe-se
à AFAPUC**

AFAPUC elege sua nova diretoria

A AFAPUC elegeu, na semana passada a chapa AFA-PUCviva como sua nova diretoria. Presidida por Nalcir Antonio Ferreira Jr. a chapa obteve 227 votos dos funcionários de todos os campi, contra 10 brancos e 04 nulos, de um total de 542 funcionários aptos a votar.

A nova diretoria tem como metas:

- Reafirmar o compromisso na luta em defesa da manutenção/ampliação de nossos direitos;
- Aprimorar e ampliar os serviços prestados pela Associação;
- Realizar palestras/seminários de assuntos de interesse da categoria;
- Criar mecanismos que facilitem a interação e integração dos funcionários administrativos com os funcionários administrativos portadores de necessidades especiais. Além da luta contra as reformas e "Fora Temer".

Veja nesta página o quadro completo da votação e a nova diretoria da entidade.

AFAPUC VIVA

Diretoria

Nalcir Antonio Ferreira Junior - Presidente

Flávio Luis Nogueira - Vice Presidente

Maria Helena Gonçalves Soares Borges - 1º Secretario

Valter Aparecido Sefuegos - 2º Secretario

Edmilson Brandão de Souza - 1º Tesoureiro

José Aparecido Zaneti - 2º Tesoureiro

Conselho Fiscal

Francisco Cristovão - Titular

Rodrigo Mariano Costa - Titular

Emerson Aguiar Freitas - Titular

Carina de Moraes Dias - Suplente

Cleonice Regina Oliveira Duarte - Suplente

Roberto Gomes Filho - Suplente

RESULTADO FINAL DAS ELEIÇÕES DA AFAPUC

Campus/Unidade	Votos válidos	Votos brancos	Votos nulos	Total
Clínica Psicológica, DERDIC e Santana	09	02	01	12
Consolação	18	00	00	18
Marquês de Paranaguá	04	01	00	05
Sorocaba	112	05	02	119
Monte Alegre	84	02	01	87
TOTAL	227	10	04	241



Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

Editor: Valdir Mengardo

Reportagem: Verônica Lugarini, Marina D'Aquino

Fotografia: Marina D'Aquino

Projeto Gráfico, Edição de Arte e

Editoração: Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

Conselho Editorial: Maria Beatriz Abramides, João B.Teixeira, Jason Tadeu Borba e Victoria C. Weischtordt

Apropuc: Rua Bartira 407 – CEP: 05009-000 – Fone: 3872-2685.

Afapuc: Rua Ministro Godoy 1055 - Fone: 3670-8208.

PUCViva: 3670-8208 – **Correio Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br – **PUCViva na Internet:** www.apropucsp.org.br

GAUCHE NA VIDA

O Juvenicídio

Marisa Feffermann

As transformações da estrutura social e das relações sociais, econômicas e culturais que ocorrem nos grandes centros urbanos têm implicações na mudança do perfil epidemiológico brasileiro assim como nos efeitos sobre a produção da violência, e causam intensa influência na morbimortalidade das populações, pelo número de mortes, em especial, de adolescentes e jovens negros pertencentes às classes subalternas.

Em 1996, a 49ª Assembleia Mundial da Saúde declara a violência como importante problema de saúde pública e convoca a OMS para desenvolver uma tipologia da violência que caracterizasse "os diferentes tipos de violência e os elos que os conectariam". Nessa perspectiva, a saúde pública parte do princípio da necessidade da compreensão da gênese e das formas de manifestação da violência e especificamente dos comportamentos violentos para refletir sobre as possibilidades de preveni-los. Buscando, desta forma, compreender os possíveis fatores que permitem a emergência de ocorrências desse tipo de causas externas. Algumas hipóteses foram produzidas, desde a questão de comportamentos geradores de risco, o consumo abusivo de drogas lícitas e ilícitas e o envolvimento com o comércio ilegal de drogas têm sido apontados como os principais fatores de risco para a utilização de armas de fogo e, conseqüentemente, responsáveis por homicídios. Mais recentemente pesquisas revelaram que o registro de an-

tecedentes policiais pode, igualmente, ser apontado como fator de risco, tanto para a morte precoce quanto para a ocorrência de deficiências físicas em jovens no começo da idade produtiva.

A mortalidade representa a violência no grau extremo e é uma das formas mais utilizadas pelo campo da saúde para identificar a sua magnitude. Alguns autores reafirmam a mortalidade por homicídio como resultante de complexo processo de determinação, no qual atua uma série de fatores sociais, econômicos, culturais, familiares e psicológicos.

O contingente de jovens existentes na América Latina vivendo em situação de vulnerabilidade, aliada às turbulentas condições socioeconômicas de muitos países dessa região provoca grande tensão entre os jovens que agrava diretamente os processos de integração social e, em algumas situações, fomenta o aumento da violência e da criminalidade. Esta ordem dominante tem ampliado condições de precariedade e de vulnerabilidade dos jovens, a partir de perspectivas classistas, racistas, homofóbicas e de ordem proibicionista, que com o pretexto de combater o crime organizado, têm funcionado como estratégia de limitação dos espaços sociais de liberdade.

Nesse contexto, pesquisadores da América Latina têm buscado compreender o processo que implica em condições precarizadas e persistentes que têm custado a vida de centenas de milhares de jovens não só na América como, também, na Europa, com base no conceito de juvenecídio.

O conceito de juvenecí-

dio amplia a ideia da morte real ou do simples registro da morte de jovens para um complexo processo de criminalização dos jovens, construída a partir do campo político e das indústrias culturais que estereotipam e estigmatizam as condutas e estilos juvenis, criando predisposições que desqualificam o mundo juvenil e os identifica como violentos, perigosos e criminosos. A criminalização dos jovens reforça o preconceito, estereótipo e estigma inscritos em processos estruturantes de racialização que constituem as condições de possibilidade de que produzam relações de produção e de reprodução das desigualdades sociais.

No Brasil o tema do juvenecídio está intimamente relacionado com o que podemos denominar como genocídio da juventude Negra. O fenômeno do genocídio da juventude tem como fonte um conjunto de fatores que vão desde a explícita segregação social ao racismo velado. São condições que inferiorizam o negro, submetendo-os, por exemplo, às piores condições empregatícias e aos piores salários. O principal propulsor da construção desses estigmas, produzidos e reforçados pelos meios de comunicação, está alicerçado no processo histórico das discriminações e racismo no Brasil. Os índices desses estigmas se expressam no número de mortes de jovens negros, na violência legitimada do Estado, nas chacinas e no encarceramento em massa, que tira de circulação inúmeros jovens, preferencialmente negros. No Brasil o grupo que tem historicamente sendo exterminado e encarcerado são os jovens negros e pobres que

vivem nas periferias, em especial aqueles que são responsabilizados por uma crescente economia de drogas ilícitas

Como uma das consequências dessa violência, observa-se um crescimento de homicídios de jovens no Brasil. A análise de causas de mortalidade de jovens nos anos de 2015, permite delinear um quadro que é, a um só tempo, complexo e preocupante. Esta situação aqui é apresentada a partir de dados constantes do "Mapa da Violência 2015", com base no IBGE (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e no Ministério da Saúde, chegando-se a conclusões alarmantes: O Brasil atingiu a marca recorde de 59.627 homicídios em 2014. Foram 3.749 jovens entre 16 e 17 anos vítimas de homicídios, 46% do total de 8.153 óbitos. A média é de 10,3 jovens assassinados por dia no País. O Brasil é o terceiro país no ranking de homicídios de jovens. Além da violência física os jovens enfrentam vários tipos de preconceitos, o que significa que são vítimas não somente de uma violência física como também de uma violência que não mata, mas, muitas vezes, fere e muito profundamente, que é a simbólica e a moral.

Esses dados explicitam o que podemos definir como o genocídio da Juventude Negra. Ao longo dessa década, morreram ao todo 556 mil pessoas vítimas de homicídio, número que excede ao número de mortes da maioria dos conflitos armados registrados no mundo. Comparando 100 países

continua na próxima página

continuação da página anterior

que registraram taxa de homicídios, entre 2008 e 2012, para cada grupo de 100 mil habitantes, o estudo conclui que o Brasil ocupa o sétimo lugar no ranking dos analisados. O executor mais contundente é o agente do Estado.

Além dos R\$ 114 bilhões gerados pela perda de capital humano, entram na conta dos custos da violência R\$ 39 milhões de gastos com contratação de serviços de segurança privada, R\$ 36 bilhões com seguros contra roubos e furtos e R\$ 3 bilhões com o sistema público de saúde. A soma destas despesas, que chegou a R\$ 192 bilhões em 2013, ou 3,97% do PIB, é classificada no estudo como "custo social da violência". O valor pode ser ainda maior, porque os gastos com pessoas que ficam inválidas em razão da violência, por exemplo, não entraram no cálculo.

Trata-se de uma situação de extermínio dessa parcela da população causada por dois tipos de racismo arraigados na nossa cultura: institucional e estrutural.

É fácil concluir que se gasta muito e ineficientemente com o sistema carcerário vigente. O custo médio mensal de um preso em instituições estaduais é de R\$ 1.800. Considerando o tempo de pena atribuída ao crime de tráfico, tem-se que ao final do tempo mínimo da prisão o Estado terá desembolsado R\$ 108 mil. Esses números são o resultado da "política de tolerância zero" que adotou o combate total a todo tipo de crime e a política de guerra às drogas. O resultado mais visível dessas políticas são a criminalização e encarceramento dos jovens negros pobres e marginalizados.

Marisa Fefferman é pesquisadora do Instituto de Saúde

Reforma Trabalhista avança no Senado e ameaça trabalhadores

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado aprovou na semana passada o texto da reforma trabalhista pelo apertado placar de 14 contra 11. Agora o texto segue para a Comissão de Assuntos Sociais e depois a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania antes de ser apreciada pelo plenário.

Apesar do desgaste do governo golpista de Temer e de toda a sua base de sustentação, a aprovação das reformas Trabalhista e da Previdência são consideradas pedras de toque para reconquistar a confiança perdida depois dos escândalos de corrupção do governo e sua base.

O texto foi aprovado na íntegra, sem mudanças em relação ao parecer aprovado pela Câmara dos Deputados. O relator fez apenas sugestões de vetos à Presidência da República em temas polêmicos.

Entre eles, a possibilidade de gestantes e lactantes trabalharem em locais insalubres, a criação do trabalho intermitente, a possibilidade de negociar o in-

tervalo para refeições, a nomeação de representantes trabalhistas nas empresas e a revogação dos 15 minutos de descanso antes da mulher fazer hora extra.

Ainda permanecem no texto as grandes ameaças aos trabalhadores como a prevalência do acordado sobre o legislado, o fim da contribuição sindical obrigatória, a ajuda do sindicato na rescisão trabalhista, além da regulamentação do teletrabalho, com prestação de serviços fora das dependências do empregador.

PESQUISA DE OPINIÃO

A recente pesquisa da CUT/Vox Populi divulgada na semana passada aponta que, com a reforma trabalhista e a eventual aprovação do contrato de trabalho intermitente, 89% preveem que não vão conseguir sustentar suas famílias a partir das mudanças.

Cerca de 70% dos trabalhadores entrevistados consideram que a Reforma Trabalhista beneficiará ex-

clusivamente os patrões deixando em situação ainda mais complicada à classe trabalhadora brasileira.

O trabalho intermitente é uma das mais perversas mudanças previstas no texto. Na prática significa que o empregador poderá pagar o salário por meio das horas trabalhadas. Ou seja, caso seja da vontade do patrão que o trabalhador trabalhe menos horas e se dedique a um trabalho específico, ele terá o direito de determinar isto.

Uma das possibilidades que a base governista acena é que Temer edite alguns pontos da reforma como medidas provisórias (entre eles o trabalho intermitente) para que eles possam vigorar imediatamente.

Por tudo isso é que a nova greve geral programada pelas centrais sindicais para o dia 30/6, tem como um de seus objetivos principais barrar essa agressão, pois trata-se de uma agressão a todas as conquistas que a classe trabalhadora brasileira obteve ao longo de sua rica história de lutas.

30 dias por Rafael Braga luta contra punição arbitrária

Desde junho de 2013, Rafael Braga Vieira passou a ser inimigo declarado do Estado. Negro, pobre e da periferia, apesar da nítida ausência de qualquer conduta criminosa e mesmo sem participar do protesto, foi preso por portar Pinho Sol e água sanitária, sob a acu-

sação de que usaria os produtos para a produção de coquetel molotov.

É para protestar contra esta situação que diversas entidades se uniram para realizar a campanha #30DiasPorRafaelBraga. Sob o slogan "Todo preso é um preso político", professores de diversas áreas, como

Direito e Psicologia, assim como militantes de diversos movimentos, estão realizando debates durante todo o mês de junho para protestar contra a situação, em um momento em que notórios corruptos das classes dominantes se refugiam no exterior para escapar de punições.

MOVIMENTOS SOCIAIS

Barbárie da Cracolândia é mais um capítulo da privatização de São Paulo

A recente tentativa do prefeito João Dória de higienizar a região da capital paulista conhecida como Cracolândia esconde por trás de si interesses escusos do grande capital para transformar a região em um grande empreendimento imobiliário.

A arquiteta Raquel Rolnik, ex-relatora especial do Conselho de Direitos Humanos da ONU para o Direito à Moradia Adequada, denuncia em seu blog que a Cracolândia já foi alvo de uma ação semelhante durante a gestão Kassab, quando o ex-prefeito, atualmente investigado pela Lava Jato, propunha a demolição de 60% do bairro da Luz, "que seria desapropriado por empresas privadas para que fossem construídas no lugar torres de apartamentos, de forma que a rentabilidade com os novos potenciais construtivos oferecesse oportunidades econômicas para as construtoras".

Com a gestão marcadamente privatista de João Dória, os nefastos planos voltam a tomar corpo. Segundo o jornal O Estado de S.Paulo (<http://migre.me/wLMWd>), o projeto Redenção do prefeito privatista pretende desapropriar todos os imóveis localizados no coração da Cra-

colândia, entre a Rua Helvetia e a Alameda Gleite, região central da cidade. Ainda em desenvolvimento, o projeto visa a reurbanizar a área por meio de parceria com a iniciativa privada. Interessante salientar que jornais como a Folha de S.Paulo, localizado próximo à área da Cracolândia e com grandes interesses imobiliários na região, fazem uma campanha descarada a favor da ação de Dória.

A CRACO RESISTE

Mas a venda da cidade de São Paulo à iniciativa privada não está sendo feita sem reação dos moradores da região e de toda sociedade civil. Os frequentadores da Cracolândia, juntamente com organizações voltadas à saúde e direitos humanos, protestam de maneira veemente. No final de 2016 foi formado o movimento A Craco Resiste, coletivo anti-proibicionista, abolicionista penal e, antes de tudo, antimoralista, cuja principal finalidade é o enfrentamento às agressões institucionais e a filosofia da redução de danos. A associação programou para este mês de junho uma série de atividades que irão

culminar nos dias 27, 28 e 29/6 com a formação do Fiddh (Fórum Intersetorial Sobre Drogas e Direitos Humanos).

A Craco Resiste publicou na internet um boletim historiado todo processo que vem há anos tentando higienizar a região da Luz livrando-a do "incômodo" provocado pelos usuários de drogas.

A publicação "Agressões e Violações na Cracolândia" apresenta uma sistematização dos padrões das ações violentas contra os residentes e frequentadores da região, que vão desde as agressões generalizadas, sejam com armas letais e não letais, até a desinformação com que os órgãos públicos visam minar os moradores: "A Polícia Militar e a Guarda Civil têm apresentado versões incompletas, contraditórias e apresentado fatos falsos para justificar as ações feitas no território da Cracolândia", afirma a publicação.

Por outro lado o boletim conta as diversas "intervenções" na Cracolândia, deixando claro que não é de agora que o poder público vem tentando transformar a área num paraíso para os investidores, sempre a dano da

população carente que ali reside. O boletim pode ser encontrado em <http://migre.me/wLMVh>

Contra a falsa premissa de internação compulsória, profissionais da área da saúde e direitos humanos têm se manifestado de forma contundente. A Profa. Cristina Brites, que já lecionou no curso de Serviço Social, disse em entrevista à página do CFESS na internet: "É preciso desmistificar a afirmação de que o usuário de drogas é incapaz de tomar decisões conscientes (...). Portanto, a internação compulsória é uma medida que viola direitos, que não enfrenta o aumento do consumo de drogas, que deixa de fora várias determinações importantes que fazem com que o uso de drogas seja problemático e traga danos sociais à saúde. É uma medida falaciosa".

Assim como a PUC-SP organizou o ato para repudiar a ação da prefeitura e do governo estadual, a sociedade deve continuar se mobilizando para afastar essa tentativa imoral de fazer prevalecer os interesses financeiros sobre os direitos do cidadão. Esse tem sido também o encaminhamento das associações de professores e funcionários da PUC-SP.

Professores ameaçados por se posicionarem contra as reformas

O professor e juiz do trabalho Jorge Luiz Souto Maior e a professora e juíza do trabalho Valdete Souto Severo, que estão na linha de frente da defesa dos direitos trabalhistas, diante do ataque das reformas, estão sendo vítimas de um "Processo Disciplinar", para que recebam uma punição de "Censura", e, com isso, terem suas carreiras ameaçadas.

O procedimento foi instaurado pelo Presidente do TST,

Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho, um dos maiores defensores das reformas, sob a alegação de que fora pessoalmente atingido pelo artigo crítico escrito por Jorge e Valdete, no qual rebatem a acusação do Ministro Ives de que o desemprego de 12 milhões de pessoas seria culpa dos juízes do trabalho. Adesões de repúdio à punição e apoio aos professores podem ser enviadas para o email patricia.maeda@yahoo.com.

Manifesto pede absolvição de militantes no Rio Grande do Sul

Em 2013, milhares de jovens e trabalhadores foram às ruas para reivindicar direitos básicos que deveriam ser garantidos pelo Estado brasileiro. No Rio Grande do Sul o Bloco de Lutas, movimento social amplo reunindo organizações populares, estudantis, sindicais, partidos políticos, movimentos de luta contra o racismo, machismo, LGBTfobia, tomou a frente na organização dos protestos. A Justiça Gaúcha reprimiu o movimento e condenou

seis ativistas a penas que somadas chegam a 20 anos. No dia 20/6 será realizada mais uma audiência no processo contra os militantes e nesse sentido entidades e profissionais de vários ramos de atividade estão lançando um manifesto chamando todos os movimentos sociais a somarem-se na defesa da absolvição dos jovens do Bloco.

O manifesto pode ser acessado em <http://migre.me/wLNBj>

ROLA NA RAMPA

Debate marca lançamento do livro *Política, Estado e Ideologia na Trama Conjuntural*

Aconteceu no dia 5/6 o lançamento do livro "Política, Estado e Ideologia" na trama conjuntural, do autor e palestrante Mauro Iasi - Escola de Serviço Social (UFRJ), no auditório 117-A.

Com coordenação da professora Beatriz Abramides (Neam/Pós em Serviço Social PUC-SP/ APRO-PUC) e debate com o Professor Antônio Carlos Mazzeo (Pós Graduação em Serviço Social e História USP) e o Professor Valério Arcary (titular da IFSP), o autor comentou sobre um fenômeno que acontece na política: "o pacto de classes pode até ser recosturado, mas nun-

ca da forma como ele operou nos últimos anos, O livro, segundo o autor, é uma tentativa de reflexão teórica e política, de uma conjuntura que é mais do que simplesmente uma conjuntura imediata, é uma tentativa de contribuir com certo balanço de um período que se encerra com as características de um final, deixando algumas questões para reflexão.

A mensagem do livro é de que esgotou-se o espaço da consolidação, e se a burguesia não voltar ao seu nível democrático estamos a caminho de uma revolução.

Os professores presentes



ANA AMOROSO

Na mesa do debate os professores Valério Arcary, Mauro Iasi, Bia Abramides e Antonio Carlos Mazzeo

à mesa debateram sobre a importância do livro na atual conjuntura do Brasil, e

logo após a palestra foi aberta para conversa e autógrafos com o público.

Prosseguem as atividades da Semana Interna de Prevenção de Acidentes



Sessão de Quick Massage aplicada por alunos do curso de fisioterapia

A Semana Interna de Prevenção de Acidentes, promovida pela Cipa-PUC-SP será suas atividades finais nesta semana. Na terça-feira, 13/6 acontece a atividade Diga-me o que comes! das 11:30h às 15:30 - Corredor Térreo Prédio

Novo com Distribuição de brindes personalizados. Também no dia 13/6, às 15h no Auditório 100 A o Café com Roda de Conversa traz o convidado Fábio Sufiatti. O encerramento da SIPAT acontece 14/06 às 15:30h

Continua campanha de doação de agasalhos para os moradores de rua

A Pastoral do Povo da Rua, sob a coordenação do Padre Julio Lancellotti, está organizando uma campanha de doação de cobertores, roupas de frio, agasalhos, meias e luvas a serem entregues aos moradores de rua de São Paulo. A campanha, que tem o apoio da APROPUC e AFAPUC, também está aceitando leite, açúcar,

chocolate em pó e chá. Na PUC-SP as doações podem ser entregues nas sedes da APROPUC - Rua Bartira 407 - e AFAPUC - na Rua Ministro Godoy, nº 1055 -, ou ainda na Paróquia São Miguel Arcanjo - Rua Taquari, 1100, Belém - e na Casa de Oração do Povo de Rua - Rua Djalma Dutra, 03, Luz.

Depe lança mais um boletim sobre conjuntura

O grupo de Pesquisas em Desenvolvimento e Política Econômica, Depe, do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política lançou no dia 9/6 mais um boletim de análises sobre a conjuntura econômica do país, que

apresenta dados conjunturais relativos ao mês de abril/2017 coordenado pelo professor Antonio Correa de Lacerda. Maiores informações sobre o boletim podem ser acessadas pelo e-mail ecopol@pucsp.br.